

**COMUNICADO**

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998  
 Balanço Patrimonial - Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuíba - Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim"

<b>Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Hospital Geral "Dr. Francisco De Moura Coutinho Filho" - CARAPICUIBA</b> CNPJ 66.518.267/0025-50 <b>Demonstrações Contábeis</b>													
<b>Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em reais)</b>						<b>Demonstração do Resultado dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)</b>							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2022	2021						
<b>Ativo Circulante</b>				<b>Passivo Circulante</b>				<b>Receitas Líquidas</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.725.799,59	934.178,82	Fornecedores		6.847.318,48	6.565.850,11	16	134.140.216,31	130.148.082,74			
Adiantamentos a Fornecedores		-	273.022,00	Obrigações Trabalhistas	11	3.148.765,60	3.108.644,43	17	137.657.630,62	130.565.114,00			
Adiantamentos a Empregados	5	85.671,52	345.554,14	Obrigações Sociais e Fiscais	12	1.984.846,08	1.712.307,22						
Adiantamentos para Despesas		-	259,69	Contas a Pagar		311.856,52	354.726,57				167.529,78	17.771,34	
Outros Créditos	6	74.760,96	56.897,44	Provisões para Férias e Encargos	13	6.075.796,84	5.927.819,33						
Estoque	7	2.538.480,22	2.729.507,02	Provisão para Contingências	14	-	986.780,76						
Despesas Antecipadas	10	75.575,67	91.869,69			<b>18.368.583,52</b>	<b>17.525.090,24</b>						
		<b>4.500.287,96</b>	<b>4.431.288,80</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>									
Ativo Não Circulante				Provisões para Contingências	14	2.966.898,25	-						
Imobilizado	8	3.927.937,69	408.412,14	Bens Públicos em Nosso Poder	15	3.934.445,77	417.031,26						
Intangível	9	6.508,08	8.619,12			<b>6.901.344,02</b>	<b>1.548.069,44</b>						
		<b>3.934.445,77</b>	<b>417.031,26</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>									
<b>Total do Ativo</b>		<b>8.434.733,73</b>	<b>4.848.320,06</b>	Patrimônio Social		(14.224.839,62)	(10.095.678,65)						
				Superávit do Exercício		(2.610.354,19)	(4.129.160,97)						
						<b>16.835.193,81</b>	<b>(4.129.160,97)</b>						
				<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>8.434.733,73</b>	<b>4.848.320,06</b>						

  

<b>Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)</b>				
	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Dotação Inicial	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(3.550.371,51)	(6.545.307,14)	(10.095.678,65)
Incorporação do Superávit/Déficit	(3.550.371,51)	3.550.371,51	-	-
Incorporação da Dotação Inicial	(6.545.307,14)	-	6.545.307,14	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(4.129.160,97)	-	(4.129.160,97)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(10.095.678,65)</b>	<b>(4.129.160,97)</b>	<b>-</b>	<b>(14.224.839,62)</b>
Incorporação do Superávit/Déficit	(4.129.160,97)	4.129.160,97	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(2.610.354,19)	-	(412.537,34)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(14.224.839,62)</b>	<b>(2.610.354,19)</b>	<b>-</b>	<b>(16.835.193,81)</b>

  

<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)</b>				
<b>1.Contexto Operacional:</b> é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertogã, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruipe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fernando Proença de Gouvêa. O CEJAM qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão – Processo SES-PRC-2020/43104, firmado com a <b>Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo</b> em 04 de novembro de 2020, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuíba com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão terá início na data de sua assinatura, sendo o encerramento em 01/12/2023. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a <b>Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo</b> repassará ao CEJAM o montante global estimado de R\$ 400.900.000,00. <b>2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis:</b> <b>2.a) Declaração de conformidade:</b> As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. <b>2.b) Base de mensuração:</b> As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. <b>2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. <b>2.d) Uso de estimativas e julgamentos:</b> A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. <b>3. Principais Práticas Contábeis:</b> As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis. <b>3.a) Instrumentos financeiros:</b> <b>Ativos financeiros não derivativos:</b> a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. <b>Caixa e equivalentes de caixa:</b> abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. <b>Instrumentos financeiros derivativos:</b> não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022. <b>3.b) Estoques:</b> Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. <b>3.c) Imobilizado (quando aplicável): Reconhecimento e mensuração:</b> itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. <b>Depreciação:</b> a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2021. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. <b>3.d) Intangível (quando aplicável): Reconhecimento, mensuração e amortização:</b> o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. <b>3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros (incluindo recebíveis):</b> um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. <b>3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):</b> Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. <b>3.g) Patrimônio líquido:</b> Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. <b>3.h) Receitas:</b> As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. <b>3.i) Despesas:</b> As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. <b>3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:</b> As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. <b>3.k) Apuração do resultado:</b> O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.				

  

<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)</b>						
				2022	2021	
<b>Atividades Operacionais</b>						
Superávit / (Déficit) do Exercício (Aumento) Redução do Ativo					(2.610.354,19)	(4.129.160,97)
Adiantamentos a Fornecedores					273.022,00	(256.728,16)
Adiantamentos a Empregados					259.882,62	(302.028,43)
Adiantamentos para Despesas					259,69	(259,69)
Outros Créditos					(23.099,31)	24.672,13
Estoque					196.262,59	(274.012,92)
Despesas Antecipadas					16.294,02	(5.579,12)
Aumento (Redução) do Passivo						
Fornecedores					281.468,37	162.292,83
Obrigações Trabalhistas					78.755,14	353.204,92
Obrigações Sociais e Fiscais					233.904,89	370.741,45
Provisões para Férias e Encargos					147.977,51	52.359,01
Provisão para Contingências					1.980.117,49	(144.257,42)
Outras Obrigações					(42.870,05)	150.071,24
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>					<b>791.620,77</b>	<b>(3.998.684,83)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>						
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública					(3.684.944,09)	(445.507,83)
Baixa de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública					-	10.705,23
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento</b>					<b>(3.684.944,09)</b>	<b>(434.802,60)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>						
Recebimento de Numerário e Doação para Aquis. de Imobilizado					3.684.944,09	434.802,60
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento</b>					<b>3.684.944,09</b>	<b>434.802,60</b>
<b>Varição Líquida nas Disponibilidades Caixa e Equivalentes de Caixa</b>					<b>791.620,77</b>	<b>(3.998.684,83)</b>
Disponibilidades no Início do Exercício					934.178,82	4.932.863,65
Disponibilidades no Final do Exercício					1.725.799,59	934.178,82
<b>Varição Líquida nas Disponibilidades</b>					<b>791.620,77</b>	<b>(3.998.684,83)</b>
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher					7.987,59	5.851,07
IRRF sobre Salários a Recolher					775.864,86	613.667,74
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher					66.457,11	58.497,03
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher					209.756,53	183.500,80
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher					10.294,56	19.593,63
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher					13.100,64	7.659,14
					<b>1.984.846,08</b>	<b>1.750.941,19</b>
<b>13. Provisões para Férias e Encargos</b>					<b>2022</b>	<b>2021</b>
Provisão para Férias					5.626.094,06	5.488.054,14
Provisão para FGTS sobre Férias					449.702,78	439.765,19
					<b>6.075.796,84</b>	<b>5.927.819,33</b>
<b>14. Provisões para Contingências</b>					<b>2022</b>	<b>2021</b>
Provisão para Contingências Cíveis					769.081,40	801.275,04
Provisão para Contingências Trabalhistas					2.197.816,85	185.505,72
					<b>2.966.898,25</b>	<b>986.780,76</b>

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. **15. Bens Públicos em Nosso Poder:** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 3.934.445,77 em 2022 e R\$ 417.031,26 em 2021, refere-se aos valores de incorporações patrimoniais da Secretaria Estadual de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, sendo que o montante total de 2022 R\$ 3.054.980,72 foram recebidos como doação de bens para incorporação ao patrimônio existente na unidade, que serão devolvidos ao estado quando do término dos contratos de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **16. Receitas Operacionais Líquidas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

Continua ➤

**Continuação**

Indenizações e Avisos Prévios	612.736,47	720.230,96		
Insalubridade	2.713.628,00	-		
Periculosidade	73.194,68	-		
Horas Extras	84.366,57	-		
Benefícios	3.202.399,29	3.211.000,61		
Contribuições ao FGTS	4.210.995,14	3.954.865,86		
<b>Total</b>	<b>60.849.037,26</b>	<b>57.629.698,48</b>		
<b>20. Serviços Terceirizados</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>		
Serviços Médicos – Pessoas Jurídicas	40.059.069,39	37.276.087,29		
Serviços Médicos – Pessoas Físicas	1.512.218,20	1.255.920,14		
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	7.782.942,54	6.664.334,85		
<b>Total</b>	<b>49.354.230,13</b>	<b>45.196.342,28</b>		
<b>21. Medicamentos e Materiais de Consumo</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>		
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	16.663.920,37	20.495.850,51		
Materiais de Consumo	5.225.000,06	5.170.701,40		
Materiais de Conservação	719.797,48	601.914,40		
Outros Materiais e Insumos	662.914,44	680.109,76		
<b>Total</b>	<b>23.271.632,35</b>	<b>26.948.576,07</b>		
<b>22. Despesas Gerais</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>		
Contas de Consumo	3.525.083,61	3.292.139,67		
Aluguéis	2.418.695,57	2.637.898,57		
Administrativas	8.908,88	8.931,06		
Outras Despesas Gerais	179.556,86	27.651,86		
<b>Total</b>	<b>6.132.244,92</b>	<b>5.966.621,10</b>		
<b>23. Coberturas de Seguros:</b>	A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das			

demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **24. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **25. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024. **26. Isenções Previdenciárias (Cota Patronal):** A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições

previdenciárias do INSS (cota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R\$ 14.975.912,12 e em 2021 foi de R\$ 14.086.072,11 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

<b>Isenções Previdenciárias Usufruídas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(14.673.468,48)	(13.834.888,08)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(302.443,64)	(251.184,03)
(-) Isenção Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	14.673.468,48	13.834.888,08
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por. Pessoas Físicas	302.443,64	251.184,03
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**27. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Carapicuíba (SP), 31 de dezembro de 2022.

Katia Regina Silva - Diretora Administrativa

Edson de Melo - Coordenador Contábil e Financeiro - CRC nº SP200665/O-7

**Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" - Carapicuíba, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** O Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" - Carapicuíba, vem apresentando déficits consecutivos nos últimos exercícios, resultando na existência de um "Patrimônio Líquido Negativo"; esse evento ou condição indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional deste contrato. **Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 06 de abril de 2023. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP - 024298/O-3 - Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

**Relatório - Gestão em Saúde - Relatório - Contratado X Realizado - Unidade: Hospitalar - Período: de 01 até 12/2022**

SAÍDAS CLÍNICAS	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Total			
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%	
Clinica Médica	200	204	200	183	200	238	200	191	200	228	200	227	200	206	227	245	227	277	227	289	227	246	227	195	2.535	2.729	7,65	
Obstetrícia	400	385	400	355	400	366	400	383	400	413	400	346	400	326	400	343	400	327	400	373	400	324	400	341	4.800	4.282	-10,79	
Pediatria	120	109	120	92	120	148	120	130	120	143	120	116	120	124	120	136	120	123	120	224	120	191	120	178	1.440	1.714	19,03	
Psiquiatria	22	22	22	20	22	20	22	21	22	22	20	22	20	22	20	22	21	22	21	22	17	22	21	22	19	264	244	-7,58
<b>Total</b>	<b>742</b>	<b>720</b>	<b>742</b>	<b>650</b>	<b>742</b>	<b>772</b>	<b>742</b>	<b>725</b>	<b>742</b>	<b>806</b>	<b>742</b>	<b>709</b>	<b>742</b>	<b>676</b>	<b>769</b>	<b>745</b>	<b>769</b>	<b>748</b>	<b>769</b>	<b>903</b>	<b>769</b>	<b>782</b>	<b>769</b>	<b>733</b>	<b>9.039</b>	<b>8.969</b>	<b>-0,77</b>	
SAÍDAS CLÍNICAS	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Total			
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%	
Eletivas	435	164	435	91	435	353	435	399	435	438	435	410	435	491	435	479	435	556	435	516	435	489	435	459	5220	4845	-7,18	
Urgências	185	192	185	166	185	201	185	179	185	192	185	175	185	221	185	168	185	204	185	203	185	192	185	185	2220	2278	2,61	
<b>Total</b>	<b>620</b>	<b>356</b>	<b>620</b>	<b>257</b>	<b>620</b>	<b>554</b>	<b>620</b>	<b>578</b>	<b>620</b>	<b>630</b>	<b>620</b>	<b>585</b>	<b>620</b>	<b>712</b>	<b>620</b>	<b>647</b>	<b>620</b>	<b>760</b>	<b>620</b>	<b>719</b>	<b>620</b>	<b>681</b>	<b>620</b>	<b>644</b>	<b>7.440</b>	<b>7.123</b>	<b>-4,26</b>	
HD / CIRURGIA AMBULATORIAL	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Total			
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%	
Hospital - Dia	115	0	115	2	115	34	115	26	115	46	115	54	115	30	30	30	30	30	30	12	30	13	30	30	955	307	-67,85	
Cirurgia Ambulatorial	100	94	100	92	100	115	100	85	100	113	100	81	100	94	100	101	100	154	100	124	100	121	100	96	1200	1270	5,83	
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>94</b>	<b>215</b>	<b>94</b>	<b>215</b>	<b>149</b>	<b>215</b>	<b>111</b>	<b>215</b>	<b>159</b>	<b>215</b>	<b>135</b>	<b>215</b>	<b>124</b>	<b>130</b>	<b>131</b>	<b>130</b>	<b>184</b>	<b>130</b>	<b>136</b>	<b>130</b>	<b>134</b>	<b>130</b>	<b>126</b>	<b>2.155</b>	<b>1.577</b>	<b>-26,82</b>	
URGÊNCIA / EMERGÊNCIA	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Total			
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%	
Consultas de Urgência	3593	3694	3593	2919	3593	3231	3593	3202	3593	3365	3593	3166	3593	3085	3593	3237	3593	2896	3593	3338	3593	3113	3593	2904	43116	38150	-11,52	

**Relatório - Gestão em Saúde - Relatório - Contratado X Realizado - Unidade: Ambulatorial - Período: de 01 até 12/2022**

CONSULTAS MÉDICAS	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Total		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	830	593	830	862	830	1492	830	1184	830	1509	830	1343	830	1299	830	1239	830	1315	830	935	830	895	830	663	9.960	13.329	33,83
Interconsultas	300	89	300	37	300	35	300	28	300	248	300	22	300	80	300	98	300	115	300	50	300	20	300	27	3.600	849	-76,42
Cons ultas Subseqüentes	3367	2440	3367	2442	3367	2824	3367	2662	3367	3009	3367	2902	3367	3288	3367	3675	3367	3452	3367	3146	3367	3129	3367	2786	40.404	35.755	-11,51
<b>Total</b>	<b>4497</b>	<b>3122</b>	<b>4497</b>	<b>3341</b>	<b>4497</b>	<b>4351</b>	<b>4497</b>	<b>3874</b>	<b>4497</b>	<b>4766</b>	<b>4497</b>	<b>4267</b>	<b>4497</b>	<b>4667</b>	<b>4497</b>	<b>5012</b>	<b>4497</b>	<b>4882</b>	<b>4497</b>	<b>4131</b>	<b>4497</b>	<b>4044</b>	<b>4497</b>	<b>3476</b>	<b>53.964</b>	<b>49.933</b>	<b>-7,47</b>
CONSULTAS NÃO MÉDICAS	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Total		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	150	107	150	134	150	164	150	115	150	127	150	155	150	125	150	80	150	55	150	69	150	71	150	91	1.800	1.293	-28,2
Interconsultas	320	224	320	398	320	385	320	371	320	427	320	496	320	548	320	504	320										